

Regionalizar para integrar

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo¹

Resumo: *A regionalização e as divisões regionais são temas tão recorrentes quanto imprescindíveis ao pensamento geográfico. Neste artigo, recorte expandido de pesquisa de doutoramento encerrada em 2016, há uma proposta de debate sobre a importância das repartições territoriais como via para uma melhor integração nacional, tanto do ponto de vista humano como físico, e a importância da transição escalar nestas regionalizações, envolvendo os principais atributos, habilidades e competências dos profissionais da ciência geográfica, de modo a acompanhar, por meio de diferentes propostas regionais, a dinâmica territorial brasileira.*

Palavras-chave: *Regionalização; Integração; Território.*

Regionalize to integrate

Abstract: *Regionalization and regional divisions are as recurring themes and indispensable to geographic thought. In this paper, a doctoral research expanded cut-off completed in 2016, there is a proposal for a debate on the importance of territorial distribution as a way to better national integration, both from a human and physical point of view, and the importance of the scalar transition in these regionalizations, involving the main attributes, skills and competencies of professionals from geographical science, in order to follow, through different regional proposals, the Brazilian territorial dynamics.*

Keywords: *Regionalization; Integration; Territory.*

Introdução

Este artigo faz parte dos estudos presentes na tese de doutoramento do autor, concluída no ano de 2016 com uma expansão temática sobre a questão da escala nas propostas regionais. Há, nas próximas páginas, uma proposta de reflexão sobre a importância das regionalizações tendo como ponto de partida o duplo papel na ação de regionalizar: ao mesmo tempo em que propõe uma divisibilidade do território nacional brasileiro, procura melhor integrá-lo, por meio da diversidade de suas partes.

A dinâmica geográfica de um Estado nacional proporciona uma riqueza imensurável de representações e interpretações territoriais deste país. No caso brasileiro houve, e ainda há, um latente processo de busca pelo aperfeiçoamento das composições fronteiriças intra-regionais do país. Desta maneira, é possível observar um longo histórico de diferentes olhares para o espaço

¹ Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, gcc99@gmail.com.

geográfico, tendo como principal objetivo melhor compartimentá-lo, seja social ou fisicamente, para assim se chegar numa compreensão dos fatos, fenômenos e mudanças que ocorrem, na relação entre a sociedade e a territorialidade da qual esta faz parte.

As regionalizações e as divisões regionais do Brasil

A questão da regionalização sempre esteve em pauta no pensamento geográfico brasileiro, especificidades históricas do território nacional fizeram com que diferentes ideias sobre como dividir a espacialidade continental do país surgissem ao longo dos anos. Quando retomamos a origem do conceito de região no verbete romano *regere*, já vem à tona seu significado secular ligado à administração, controle, repartição para melhor governar, etc. Em nosso caso, não foi diferente, tanto as proposições de divisão regional como estadual possuíam, em seu interior, uma busca por uma integração das partes geográficas que fosse mais harmônica com a totalidade territorial entremeadada a diversos elementos sociais, culturais e históricos (ARAÚJO, 2013).

Para nos ajudar com a discussão sobre a questão da região, em sua concepção como diferenciação de áreas e superfícies, podemos recorrer a Pedro Geiger (1969): “Quanto às diferenciações da superfície terrestre resultantes da ação humana, elas têm variado muito no transcorrer dos tempos, através de um processo histórico, acompanhando as transformações que se operam sucessivamente na estrutura econômico-social da população, com repercussões no território que ela ocupa.” (GEIGER, 1969, p. 6). Um exemplo mais concreto destas transformações mencionadas por Geiger (1969) são as tentativas governamentais de melhorar as divisões das unidades estaduais e suas regiões, que levariam o autor a fazer sua grande proposta de regionalização.

Apesar de suas colaborações cartográficas serem, até os dias atuais, uma das maiores referências em regionalização do país, o autor faz importantes considerações teóricas sobre a transitoriedade de uma divisão regional: “Esta a razão de se considerar região, no sentido estreito da palavra, como uma forma geográfica que surge apenas em determinada fase histórica de um território.” (GEIGER, 1969, p. 7). Podemos interpretar esta colocação de Geiger (1969) do ponto de vista teórico, já que o autor acresce à sua regionalização um toque de reflexão de primeira importância, condição de delimitação da regionalização como um fato histórico e geograficamente recortado, fornecendo tanto seu escopo quanto sua durabilidade e alcance de uso e aplicação no âmbito geográfico.

Se Geiger (1969) tem como principal objetivo cartografar suas ideias regionais – mesmo demonstrando grandes contribuições conceituais sobre a temática regional –, de modo a estabelecer parâmetros de referência nacional, Correa (1987) volta-se aos aspectos teóricos da análise regional, e não necessariamente da regionalização em si: “Primeiramente, é conveniente frisar de novo que a Análise Regional, em Geografia, deve ter como quadro territorial um segmento da superfície terrestre que atenda a uma das três possibilidades: ter sido, ser ou estar em vias de se tornar uma região.” O autor reforça, ainda, este aspecto de problematização teórica a respeito da análise regional, com vistas à melhorias das teorias e metodologias existentes nas divisões regionais: “Com isto, estamos dizendo que a Análise Regional não tem como quadro territorial, uma porção qualquer da superfície terrestre.” (CORREA, 1987, p. 51).

Ainda aprofundando a questão da metodologia da análise regional, Correa (1987) afirma que o conteúdo deve ser priorizado qualitativamente, aumentando, assim, o grau de riqueza da regionalização desejada, a partir é claro, da característica geográfica escolhida para servir de parâmetro regional como, por exemplo, aspectos naturais, sociais, etc.: “Em segundo lugar, parece-nos de fundamental importância que se considere o conteúdo da região sob análise, conteúdo que não está meramente localizado em um dado território, mas conteúdo que funde-se ao território, diferenciando-se qualitativamente dos demais territórios, atribuindo-lhe uma determinada particularidade.” (CORREA, 1987, p.51).

Para fechar sua proposta, o geógrafo da UFRJ faz ainda uma ressalva para importância do devir espacial considerando o impacto das transformações, em menor ou maior escala, no espaço geográfico para que a análise regional seja efetuada com a maior acurácia possível, mesmo que o recorte fático da regionalização sempre remeta à impossibilidade de totalização do fenômeno da realidade objetiva: “Em terceiro lugar, os processos devem estar sempre presentes em uma Análise Regional. É necessário que se compreenda a gênese e a evolução da região, quer dizer, a origem e o curso das transformações que culminaram na diferenciação de um dado segmento da superfície da terra.” (CORREA, 1987, p. 51).

As elaborações regionais do IBGE, que possuem historicamente o respaldo de referência oficial para este tema, possuem como matriz de engendramento tais diretrizes, visando o fornecimento de instrumentos teóricos e metodológicos para a análise regional. Até mesmo propostas mais recentes, como a regionalização crítica de Milton Santos, observa-se uma junção entre o que há de já elaborado com o que pode ser visualizado como possibilidade de aperfeiçoamento das propostas regionais brasileiras.



Figura 1: República Federativa do Brasil – 1970
Fonte: IPEA (2002, p. 27)

O desenvolvimento de diferentes regionalizações pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística está vinculado, por vezes mais próximos outros mais distantes, à questão da regulação, ordenamento, planejamento e ação do poder político-estatal no território nacional brasileiro. Esta ação mobiliza, inerentemente, uma gama considerável de variáveis, estudos, referências e condicionantes que levaram não apenas as propostas regionais aqui apresentadas, mas a outras que por ventura venham a ser desenvolvidas.

E este ponto, de constante desenvolvimento das regionalizações é que a análise regional precede tais propostas de repartições territoriais, princípio lógico que pode ser constatado nas diferentes regionalizações do Brasil seguindo, em grande, parte as teorizações de Correa (1987) e GEIGER (1967). Para se chegar a uma proposta de divisão regional, diferentes fatores devem ser considerados, como a demografia, os aspectos físicos e naturais, a população economicamente

ativa, a distribuição dos grandes centros urbanos, as atividades econômicas e sua disposição nas unidades da federal, etc. Levando-se em consideração estes fatores, entre 1970 e 1980 o Brasil passou por profundas mudanças, diretamente ligadas às propostas de regionalizações no mesmo período:

Ao se considerar os processos, é necessário que se considere os agentes sociais que, através de suas práticas e dos conflitos entre eles, elaboraram a região e atuam no sentido de sua preservação ou transformação. Esses agentes sociais são concretos: proprietários fundiários, industriais, comerciantes, trabalhadores, o Estado, etc., vinculados a interesses regionais ou extra-regionais, e visando à acumulação ou à reprodução pura e simples do quadro familiar. Ao se considerar os agentes sociais, estabelecem-se as ligações inter-regionais e internacionais, definindo, assim, o significado e o papel da região em um contexto nacional e internacional, ou seja, vendo como questões universais particularizam-se através da região. Neste sentido, o conceito hartshorniano de integração única não é incorporado à Análise Regional. (CORREA, 1987, p.52).

A concretude dos agentes sociais suscitados por Corrêa (1987) é responsável por muitas das idiosincrasias do histórico regional brasileiro. Os estados amazônicos, por exemplo, são os que mais passaram por este tipo de transformação temporal, com percursos de reconhecimento de sua condição estadual permeados por interesses oligárquicos, econômicos ou comerciais, além de todo o apelo retórico territorialista presente no extremo norte amazônico.

As intensas mudanças de alocação dos estados entre as regiões administrativas mostram como o ato de regionalizar comporta as mudanças constantes na dinâmica territorial de um país. Percebe-se que uma das dificuldades encontradas nas representações regionais reside no posicionamento dos estados limítrofes dos biomas, como Amazônia e Caatinga, principalmente na porção centro-norte do país e, muitas vezes, acordos políticos ou singularidades históricas acabam por suplantar estas indecisões nas regiões.

Na regionalização que precedeu a atualmente utilizada, de 1988, o principal aspecto ser destacado é, ainda, a ausência do estado do Tocantins, que viria a compor a totalidade dos entes da federação em 1985, separação esta consolidada legalmente pela Constituição de 1988. Outra diferença notada é a integração do estado tocantinense à região Centro-Oeste, hoje situado na região Norte, devido à presença de zonas de transição da Amazônia em suas fronteiras norte-ocidentais.

O estado de Rondônia também se destaca por não aparecer com esta nomenclatura na representação de 1980. Nomeado território Guaporé até 1956, em 1981 com o auxílio político do marechal Rondon, é elevado à condição de estado, firmando-se assim como uma das porções territoriais mais avançadas do Estado brasileiro; no mesmo contexto, Roraima seria reconhecido como estado somente em 1991, e o Amapá, 1992 (BRASIL, 1988). Aproveitando-se da evolução regional brasileira é que Pedro Geiger (1969) apresenta seus complexos regionais, respeitando algumas das diretrizes de delimitação existentes, mas voltando-se para as características econômicas, transparecidas na “ultrapassagem” de suas linhas nos limites dos complexos em alguns estados, como Maranhão, Bahia, Mato Grosso e Minas Gerais:



Figura 2: Complexos Regionais de Pedro Geiger de 1967
Fonte: <http://www.geografia.seed.pr.gov.br>

Neste modelo de 1967, há a interferência de outros elementos regionais para a definição das fronteiras dos complexos. Por exemplo, a linha divisória do Centro-Sul ao Norte de Minas Gerais faz referência à grande disparidade ambiental deste estado, entre Cerrado e zona de transição com a Caatinga. Outro caso ocorre no Mato Grosso, cuja porção sul, mais próxima dos estados mais industrializados como São Paulo e Paraná, encontra-se separada do complexo regional nomeado Amazônia. Para justificar estas divisões Geiger (1969), apresenta a ideia de regiões homogêneas e polarizadas para compor seus modelos regionais:

Isto significa que, nos países subdesenvolvidos, a constituição de regiões polarizadas plenas se verifica nas poucas áreas mais evoluídas e que nas outras, elas se apresentam apenas esboçadas, como formas de convergência para um modelo ideal. Êstes esboços são superpostos a regiões tradicionais mais ou menos bem conservadas. Nestes países processos atuais de povoamento ou de transformação econômica em espaços já ocupados ainda podem dar origem a novas regiões homogêneas que se apresentam como se fôsem grandes setores ligados aos grandes pólos nacionais e regionais. (GEIGER, 1969, p. 9).

Assim como a Geopolítica e Geoestratégia típicas do período militar, Geiger (1969) esclarece o caráter estratégico, político e economicamente, de seus complexos regionais: “Uma estratégia espacial é praticada quando se fornecem prioridades na implantação de elementos de infraestrutura, ou quando se providencia a ampliação da centralidade de uma cidade pela introdução de órgãos de administração, de estabelecimentos educacionais ou de saúde, etc.” (GEIGER, 1969, p. 18).

Os complexos regionais, as regiões polarizadas e homogêneas estruturam um grande pano de fundo para a integração nacional pela divisão de suas regiões da forma mais coesa possível, mesmo que sejam passíveis de críticas por perpetrarem muitas das desigualdades sociais presentes entre os estados e regiões. Com base nos complexos regionais de Geiger e em toda a demanda por respostas aos problemas desta natureza que chegaram aos geógrafos da época, Becker (1974), além de defender a *hinterlândia* (a área pivô central) amazônica, argumenta sobre o que deveria ser considerado em uma regionalização do território brasileiro:

1.0 - demanda de recursos; 2.0 - implantação de transportes e comunicações que permitem o acesso à informação, aos recursos e aos mercados; 3.0 – diversificação de sua estrutura econômica. Esta depende, de um lado, da possibilidade de criação de um mercado interno, como decorrência da retenção de salários na região e de uma dimensão mínima crítica de população; de outro lado, depende

da criação de uma infraestrutura psicossocial, representada pela formação de grupos identificados com os interesses regionais-empresários, intelectuais, políticos-regionais - capazes de pressionar a decisão externa para investimentos orientados para a integração interna da região; 4.0 - capacidade de ganhar ou reter poder de decisão; a integração econômica com resto do sistema nacional, resultante da diversificação da base econômica, faz crescer a importância da região no contexto nacional, dotando-a de capacidade para pressionar no sentido de ter maior participação no processo de decisão nacional, levando a uma integração política. (BECKER, 1974, p. 29).

O impacto das mudanças econômicas é analisado por Becker (1974) em sua avaliação dos elementos que devem ser colocados em pauta na elaboração das propostas de regionalização do território. Para a autora, a estrutura espacial da sociedade brasileira é refletida na distribuição da mesma pelos estados e regiões, situação esta visível nos complexos regionais de Geiger de 1967:

Sociedade em industrialização, o Brasil possui estrutura espacial fortemente desequilibrada, mas em virtude da extensão do seu território apresenta uma especificidade. Se a grande extensão, em termos de recursos e população, contribui certamente para o acelerado ritmo de industrialização e urbanização verificado nas últimas décadas, certamente contribui, também, para a acentuação do desequilíbrio espacial (BERRY, GOTTMANN, KUZNETS). Com efeito, dentre 24 países, o Brasil acusa o maior índice de desequilíbrio regional (WILLIANSO, 1965). Este fato se reflete em sua estrutura espacial; a formação de regiões metropolitanas e o crescimento de centros urbanos são simultâneos e interdependentes, com a elaboração de grandes desigualdades regionais de desenvolvimento. Assim, os objetivos nacionais quanto à estrutura espacial têm que considerar tantos os problemas metropolitanos como os do desenvolvimento regional. (BECKER, 1974, p. 4).

Tanto na regionalização de Geiger (1967) como na do IBGE observa-se uma transposição dos quadros de desenvolvimento regional e dos estados para os limites de cada região. Esta configuração da diferenciação das áreas transparece até mesmo na similaridade das nomenclaturas das diferentes propostas, cada qual com suas especificidades. No fundo, colocou-se nestes mapas uma intenção de representação muito além dos dados físicos ou demográficos, com nuances da distribuição demográfica, do histórico da industrialização e urbanização:

[...] dos transportes, das comunicações e da transmissão de energia, que permitem o contacto mais denso e rápido entre vastas áreas geográficas. :Este progresso de transportes e comunicações destina-se, ou deve se destinar, a servir à expansão da produção e à distribuição mais equilibrada das riquezas entre a população,

fenômenos ligados ao processo contínuo da industrialização. [...]Por tudo isso, a regionalização é um processo tanto mais profundo e nítido quanto mais desenvolvido o país e inexistente nos territórios mais subdesenvolvidos, onde permanecem diferenciações tradicionais do espaço. Compreendendo certa autonomia dos territórios, ou vida própria regional, na realidade, a regionalização significa também maior homogeneização do país, pelas razões apontadas, difusão do progresso e das modernas formas de vida, uma vez que cada pólo regional imita a metrópole nacional quanto a padrões de urbanização, níveis culturais, etc. Por outro lado, a regionalização moderna não retira o caráter de especialização de algumas regiões em determinada produção ou atividade, que, quando voltadas para o mercado interno, assegura a integração nacional. (GEIGER, 1969, p. 10-11).

O autor ainda faz importantes conceituações sobre os domínios naturais e regiões humanas, fundamentais para a diferenciação de áreas e regionalização: “Os processos de diferenciação do espaço terrestre são de natureza diversa. A formação de quadros naturais distintos tem suas raízes em épocas geológicas passadas. A sua elaboração se deu geralmente, através de longos períodos do tempo.”

A escala temporal também é colocada em relevo na no engendramento dos limites regionais: “Na escala histórica os domínios naturais apresentam-se como imutáveis; transformações rápidas que se operam nestes quadros se devem à intervenção do homem, rompendo equilíbrios naturais.” (GEIGER, 1969, p. 6). E esta aliança entre o político e o físico é que, também, deve ser resgatado como ponto de fortalecimento das divisões regionais do território brasileiro.

A regionalização: do político ao físico

A visão sobre a regionalização de aspectos físicos e naturais, desde os primeiros trabalhos tanto do IBGE como dos conselhos de estudos geográficos, possuiu uma inclinação diferente das regionalizações de cunho econômico, político ou cultural. Nas palavras de Guimarães (1941) temos que: “Uma divisão baseada nas “regiões naturais” tem a grande vantagem da estabilidade, permitindo um melhor estudo da evolução dum país através do tempo, pela comparação dos dados estatísticos referentes à diversas épocas. Uma divisão baseada nas “regiões humanas”” E Guimarães nos coloca como argumento a mobilidade dos fatos sociais como complemento a esta posição sobre as regiões naturais: “[...] e, em particular referente aos fatos econômicos, permite

um melhor estudo da situação dum país, num dado momento, quando for dada maior importância à comparação no espaço, de umas partes com outras.” (GUIMARÃES, 1941, p 11).

Este posicionamento, de preferência pelo conceito de região natural, em sua dinâmica e potencial de explanação dos fenômenos do território foi defendido também por Delgado de Carvalho (1930), que além de trazer a questão dos aspectos físicos, também colocava-os em relação direta aos outros aspectos a serem estudados pela ciência geográfica, do campo destinado às ocorrências climatológicas à geomorfologia e biogeografia:

Cada região natural é, pois, caracterizada por suas feições topográficas dominantes (planícies, montanha, planalto, costas, etc.), por suas condições climatológicas (humidade, aridez, calor, etc.), por seus recursos (agricultura tropical, agricultura extra-tropical, minas, mattas, campos, etc.), por suas condições de vida e de trabalho. Cada região forma um tipo social humano, amoldado a suas exigências naturais. (CARVALHO, 1930, p. 242).

Para Carvalho (1930; 1943) estas características da região natural destinavam à esta conceituação um patamar de explicação do território, brasileiro e em geral, que superava os fatores descritivos, à época, dominantes em estudos geográficos: “A noção de região, de fato, apareceu logo que deixa a Geografia de ser puramente descritiva para se tornar também explicativa” (CARVALHO, 1943, p. 11).

O desenvolvimento deste olhar sobre as regiões naturais chegará a recentes estudos geológicos e geomorfológicos, principalmente, tendo o caráter da integração dos fenômenos físicos como principal referência. Para Ab’Sáber (2007), a ideia de uma geoesfera transmitia, em si, tal conjugação da diversidade natural e humana das paisagens. Seus domínios morfoclimáticos são a melhor referência para esta ideia do geomorfólogo paulista, com um olhar mais integrador e holístico, muito provavelmente por influência do geógrafo Jean Tricart, autor da obra *Ecodinâmica* (1977). O agregado geomorfoclimático se enquadra neste objetivo de agregação de diferentes aspectos para uma melhor conformação regional:

[...] entendemos por domínio morfoclimático e fitogeográfico um conjunto espacial de certa ordem de grandeza territorial – de centenas de milhares a milhões de quilômetros quadrados de área – onde haja um esquema coerente de feições de relevo, tipos de solos, formas de vegetação e condições climático-hidrológicas. Tais domínios espaciais, de feições paisagísticas e ecológicas integradas, ocorrem em uma espécie de área principal, de certa dimensão e arranjo, em que as condições fisiográficas e biogeográficas formam

um complexo relativamente homogêneo e extensivo. A essa área mais típica e contínua – via de regra, de arranjo poligonal – aplicamos o nome de área core, logo traduzida por área nuclear – termos indiferentemente empregados, segundo o gosto e as preferências de cada pesquisador. (AB' SÁBER, 2007, p.11-12 – grifo meu).

Os termos utilizados por Ab'Sáber, como feições de relevo, condições climático-hidrológicas e formas de vegetação, além das diversas tipologias do solo, mostram como o relevo, em sua visão, deveria mostrar não apenas divisões cruas, retas e limítrofes, mas sim uma grande unidade entremeada por diferentes nuances geomorfológicas. Por isto que, juntamente com suas unidades mormoclimáticas, existem as áreas de transição, formadoras das fronteiras desta unidade natural, e pelas quais a dinâmica entre os biomas estaria melhor disposta no território.

Muitas influências de correntes geográficas passadas podem ser detectadas nesta regionalização geomorfológica. Talvez a principal delas seja das antigas monografias regionais dos geógrafos franceses no início do século XIX (CLAVAL, 2011). Ainda que naquela época a preocupação fosse muito mais descritiva que analítica, o possibilismo e funcionalismo traziam consigo a ideia do todo, de uma integração entre os diversos elementos presente nas paisagens naturais. As unidades morfoclimáticas de Ab'Sáber possuem como aspecto principal a busca por uma harmonia do diverso, e continuidades das diferenciações fluviais, faunísticas, florísticas e humanas também.



Figura 3: Domínios Morfoclimáticos, de 1965

Fonte: AB'SÁBER (2007, p. 16).

No ínterim dos domínios morfoclimáticos está a busca pela integração homem-meio, e a metodologia ecológica defendida por Tricart (1977, p. 15), como um sistema dialético e dinâmico: “Estudar os problemas do meio ambiente responde ao nosso conceito de que a ciência deve contribuir para o bem público. A metodologia a ser adotada é, necessariamente, a ecológica. Devemos estimar o impacto das ações técnico-econômicas do Homem sobre o ecossistema.” A ecologia encontra ressonância nestas considerações do autor por trazer consigo o olhar holístico e integrador dos elementos naturais que farão parte das divisões regionais de viés natural.

Na mesma esteira de reflexões a divisão de Ab'Sáber procura integrar os diferentes elementos e camadas da diversidade natural brasileira, assim como orientado por Tricart (1977, p. 67) em sua

análise morfodinâmica: “[...] justapor os aspectos climáticos e morfoestruturais, aqui devemos seguir um caminho definido pela aproximação taxonômica, classificação esta que deveria conter, de forma integrada, o sistema morfogenético, os processos atuais de morfogênese, influência antrópica, e o grau de estabilidade morfodinâmica.”

No caso dos geossistemas em tentar um diálogo entre as frentes natural e cultural no espaço geográfico, alguns autores, principalmente da área da Geomorfologia considerarão, novamente, o arranjo sistêmico como epicentro conceitual, mas dinâmico e integrado, para as divisões das paisagens naturais.

Esse arranjo orgânico e dinâmico é levantado e defendido por Georges Bertrand: “O geossistema está em estado de clímax quando há um equilíbrio entre o potencial ecológico e a exploração biológica. A floresta de faia já citada realiza este equilíbrio.” (BERTRAND, 2004, p. 147). E sobre esta ideia sistema é explorada melhor definida pelo próprio Tricart (1977, p. 19):

O conceito de sistema é, atualmente, o melhor instrumento lógico de que dispomos para estudar os problemas do meio ambiente. Ele permite adotar uma atitude dialética entre a necessidade de análise – que resulta do próprio progresso da ciência e das técnicas de investigação – e a necessidade, contrária, de uma visão de conjunto, capaz de ensejar uma atuação eficaz sobre esse meio ambiente. Ainda mais, o conceito de sistema, é, por natureza, de caráter dinâmico e por isso adequado a fornecer os conhecimentos básicos para uma atuação – o que não é o caso de um inventário, por natureza estática.

O autor francês afirma que sua orientação metodológica tem por objetivo melhorar a Geografia Física: “[...] corrigindo o excesso unilateral da atitude analítica, da qual sofreu, isolando-se cada vez mais das outa ciências e permanecendo uma disciplina por demais acadêmica.” (TRICART, 1977, p 19), preocupação que será relevada por autores atuais nos manuais didáticos desta área da ciência geográfica, como, por exemplo, Jurandyr Ross (1989).

Estas proposições e Tricart (1977), Ab’Sáber (2007) e Bertrand (2004) vão de encontro ao pensamento a respeito da região natural como algo estático e imutável. Trazer para o debate regional, nos âmbitos físico e natural, a importância de se considerar a dinâmica e mobilidade dos fatores e variáveis que compõem o meio, é imprescindível para o melhor desenvolvimento de divisões regionais mais próximas da complexidade dos elementos que compõem o espaço geográfico. Os atributos escalares, de meso e micro alcance, além dos inúmeros fatores que

podem influenciar uma divisão regional geomorfológica, climática ou hidrológica devem fazer parte das discussões sobre tal temática.

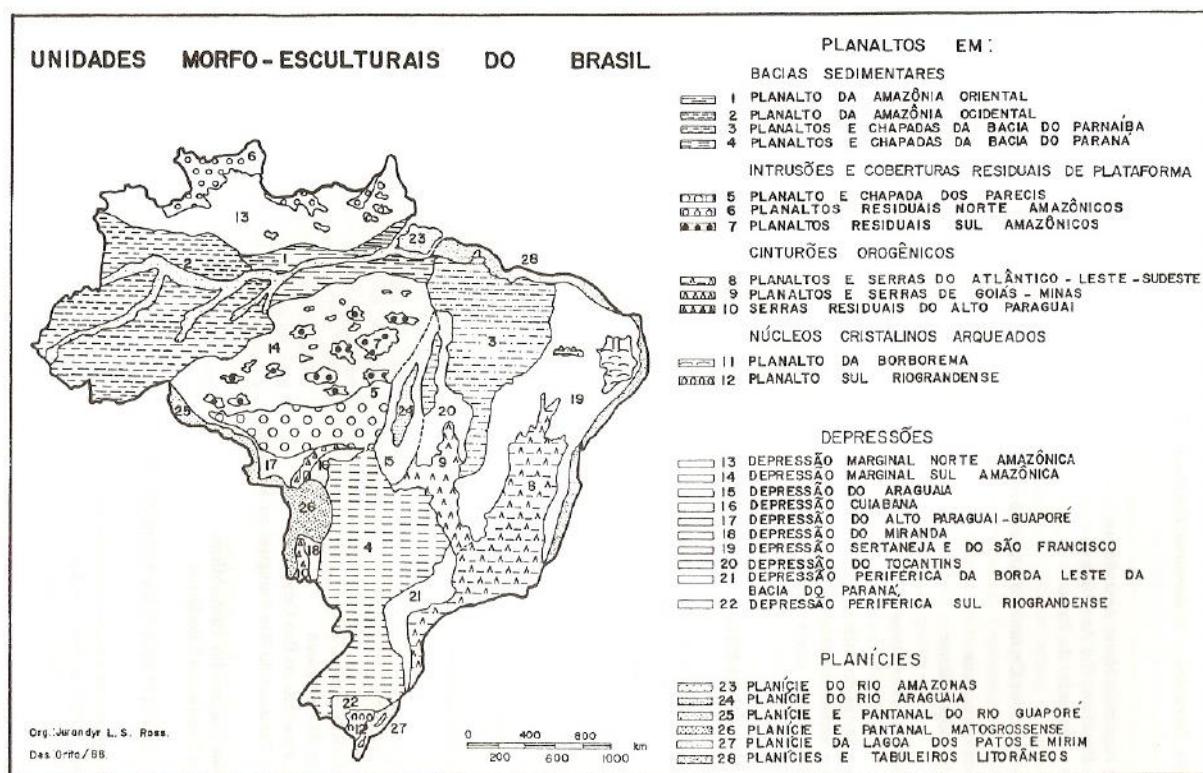


Figura 4: Unidades Morfo-Esculturais do Brasil

Fonte: Ross (1989, p.30).

Ross é incisivo com relação à necessidade de atualização das regionalizações do quadro geomorfológico, climático e botânico brasileiro nos currículos universitários e manuais didáticos das escolas brasileiras: “Os livros didáticos de geografia para o primeiro grau editados na atualidade mostram-se extremamente desatualizados no que se refere aos novos conhecimentos que se tem a respeito do relevo brasileiro.” (ROSS, 1989, p. 22). Esta preocupação vem na direção de uma abertura de melhor compreensão e aplicação das diferentes divisões regionais brasileiras.

Por fim, o autor utiliza o percurso histórico dos grandes “regionalizadores” para justificar suas ideias de reconfiguração das divisões regionais até então vigentes: “Desde a classificação proposta, e amplamente divulgada, do prof. Aroldo de Azevedo, muitas contribuições foram feitas principalmente prof. Aziz Nacib Ab’Sáber que em geral não foram incorporadas ao ensino médio e de primeiro grau.” (ROSS, 1989, p. 25). Um exemplo de uma das ideias de Ross aplicada às novas divisões morfológicas do Brasil são suas morfo-estruturas:

A noção de morfoestrutura está extremamente vinculada à influência da estrutura geológica na gênese das formas. Já, a de morfoclimática, associa-se aos tipos climáticos determinantes nos processos morfodinâmicos que operam na atualidade na esculturação das formas. Por outro lado as unidades ou zonas morfoesculturais não correspondem exclusivamente às formas de relevo dos climas atuais, mas também incluem as influências dos climas pretéritos que deixavam na paisagem marcas de sua presença através das paleoformas e da macro-compartimentação. [...] Assim, uma unidade morfoescultural, que se distingue em função das formas de relevo predominantes, qualquer que seja sua gênese ou idade, pode abranger uma ou mais estruturas geológicas. (ROSS, 1989, p. 28).

Com estas propostas, Jurandyr Ross claramente utiliza as indicações de classificação dantes dominantes, as de Ab'Sáber particularmente (quase metade da bibliografia de referência), demonstrando uma preocupação em não apenas substituir o modelo existente, mas acresce-lo de melhores informações, atualizações, definições e aplicações.

O recorte para o exemplo de regionalização de aspecto físico, neste caso, baseou-se nas unidades geomorfológicas do território brasileiro. Apesar desta escolha, preocupações similares podem ser encontradas, por exemplo, em limites, fronteiras e áreas de transição de outros aspectos naturais, como a distribuição das delimitações climáticas, áreas de influências das massas de ar ou, até mesmo, as grandes manchas de biomas encontrados no vasto território brasileiro.

Em todas estas situações há sempre a preocupação com a acurácia tanto em compreender as características que deem o lastro de divisibilidade regional, como os pontos de interligação entre estas, permitindo o olhar para a integração das diferenças – desafio visível e perceptível nas sugestões geomorfoclimáticas de Ab'Sáber, por exemplo –, objetivo primeiro do exercício de regionalização do espaço geográfico.

Regionalização e transição escalar

As relações de poder estiveram, e estão, lado a lado dos estudos e iniciativas de regionalização: “Poder político, espaço (região, inclusive) e escala constituem uma tríade que deve ser considerada na produção de pesquisas geográficas, principalmente quando se associam temas da Geografia Política com da Geografia Regional.” No entanto, esta aproximação, e inerência, entre a região e a escala, também faz com que as regiões e as divisões regionais interliguem-se, conceitualmente, à ideia de território, classicamente entremeada às relações de poder: “A região,

nesse âmbito, bem mais próxima do conceito de território, tende a posicionar-se como instrumento de ação política, como construção social e como espaço concebido analiticamente, em diferentes escalas.” (HORTA, 2013, p. 10).

O ponto a ser destacado, e lembrado por Horta (2013) é a busca pela superação da unidimensionalidade tanto das regiões como das regionalizações. Integrar, tematicamente e tecnicamente, as divisões regionais é um desafio, pelo fato de haver o esforço de abarcar as complexidades de mudanças territoriais, dos recortes fáticos às continuidades fenomênicas como visto nas propostas regionais políticas nacionais e físicas anteriormente. Trazer a complexidade das transformações do espaço geográfico, e das relações humanas nesta espacialidade, traz consigo a questão da multiescalaridade, de modo a abranger, constantemente, os diferentes portes de divisões espaciais:

A região, desta forma, quando não desprezada, fica, frequentemente, conformada à unidimensionalidade escalar. Essa situação, na Geografia, talvez resulte de uma insuficiência nos debates teóricos sobre a relação região-escala e, também, é possível que Alfred Hettner (início do século XX) exerça, ainda hoje, influência, pois esse autor defendeu, para a categoria região, um intervalo intermediário – não muito maleável – entre o micro e o macro. E se o território foi libertado de sua monoescalaridade (antes vinculado eminentemente ao nacional), a região – enquanto espaço produzido e delimitado – permanecerá enclausurada no interior das fronteiras nacionais? Há alguma “máxima epistemológica” que atribua para cada categoria espacial da Geografia uma determinada escala previamente fixada? O lugar está vinculado tão somente ao local? Que procedimentos teórico-metodológicos contribuíram para que o território passasse, recentemente, a ser tratado em suas múltiplas escalas? Como tem sido abordada a paisagem do ponto de vista escalar? Por que a (concepção de) região internacional permanece como uma “entidade espacial” estranha à Geografia? Reúnem-se, neste artigo, reflexões sobre escala espacial: conceitos básicos, a escolha e a mudança (HORTA, 2013, p. 88).

O IBGE, como representante oficial das ações de manejo regional do Estado nacional brasileiro não apenas segue esta tendência escalar como vem aperfeiçoando, constantemente, diferentes propostas de micro e mesoregionalização das fronteiras municipais e estaduais do Brasil vistas também, de certa forma, na especificação e especialização das divisões regionais naturais, como observado, no desenvolvimento de tais propostas ao longo das últimas décadas. Por este ponto de vista, da divisibilidade escalar, aumentado o grau de alcance dos instrumentos de poder,

regulação, governabilidade e gestão das instituições regionais, estatais e municipais, a representabilidade destas regiões de pequeno ou médio porte vem aumentando nos últimos anos:

As microrregiões foram definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos nem conferem às microrregiões autosuficiência e tampouco o caráter de serem únicas devido à sua articulação a espaços maiores, quer à mesorregião, à Unidade da Federação, quer à totalidade nacional. Essas especificidades referem-se à estrutura de produção agropecuária industrial, extrativismo mineral ou pesca. Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares (IBGE, 1990, p.8 – grifo meu).

Entre a escala e o poder, a figura do Estado transporta-se nas microrregiões e mesorregiões brasileiras. A divisibilidade regional acresce e especifica as ações governamentais, especialmente políticas públicas, no âmbito destas fronteiras. Seguindo a tendência das já estabelecidas grandes regionalizações visando também uma maior integração, e olhar mais voltado às questões locais, tendo as matrizes de elaboração destas regiões, guiando estes esforços rumo à transição escalar das diferentes regionalizações:

Acrescentar ao IBGE a função decisiva de produzir conhecimento e interferir na estrutura federativa do território, certamente permitiria que o Instituto ganhasse uma importância maior nos grandes debates nacionais. Quiçá esta nova função – no atual contexto de maior democratização política do país e da América Latina – pudesse no futuro redundar numa regionalização do território brasileiro mais horizontalizada, cooperativa e incluyente, o que concederia uma legitimidade social ao conhecimento geográfico que parece estar se perdendo atualmente. (CONTEL, 2014, p. 13).

Contel (2014) ainda nos apresenta argumentos em apoio às regionalizações de micro e meso escala, previstos em diferentes estudos sobre divisão regional, com vistas ao desenvolvimento local e regional: “Tanto a análise dos documentos oficiais quanto a dos artigos na Revista Brasileira de Geografia indicam que para se chegar à nova regionalização, o estudo das redes urbanas passa a ser condição fundamental” (CONTEL, 2014, p. 9).

E esta seria a forma mais geográfica de se propor uma divisão regional, especialmente no que diz respeito à transição e integração escalar entre as diferentes áreas estabelecidas em tais propostas: “A forma mais “geográfica” de se promover o desenvolvimento econômico, portanto, passa a ser a intervenção na rede urbana do país, e nas regiões que elas conformam.” (CONTEL, 2014, p. 9). No entanto Horta (2013, p. 93) faz uma ressalva sobre esta escolha da escala na elaboração de qualquer proposta de regionalização: “Registre-se, assim, que a escolha e a mudança de escala geográfica devem, cuidadosamente, implicar em procedimentos específicos. Contudo, a ‘incorporação’ das escalas temporais a esse exercício proporciona outras preocupações e adequações de natureza metodológica.”

Sobre a transitoriedade das escalas nas micro e meso escala apresenta-se, a seguir, regionalizações meso e microrregionais do Brasil, nas quais podemos observar esta aproximação entre a regionalização de grande alcance territorial com as diferentes propostas de direcionamento de divisão regional à níveis mais específicos, com temas, interesses e objetivações de planejamento por parte de poderes locais e regionais.

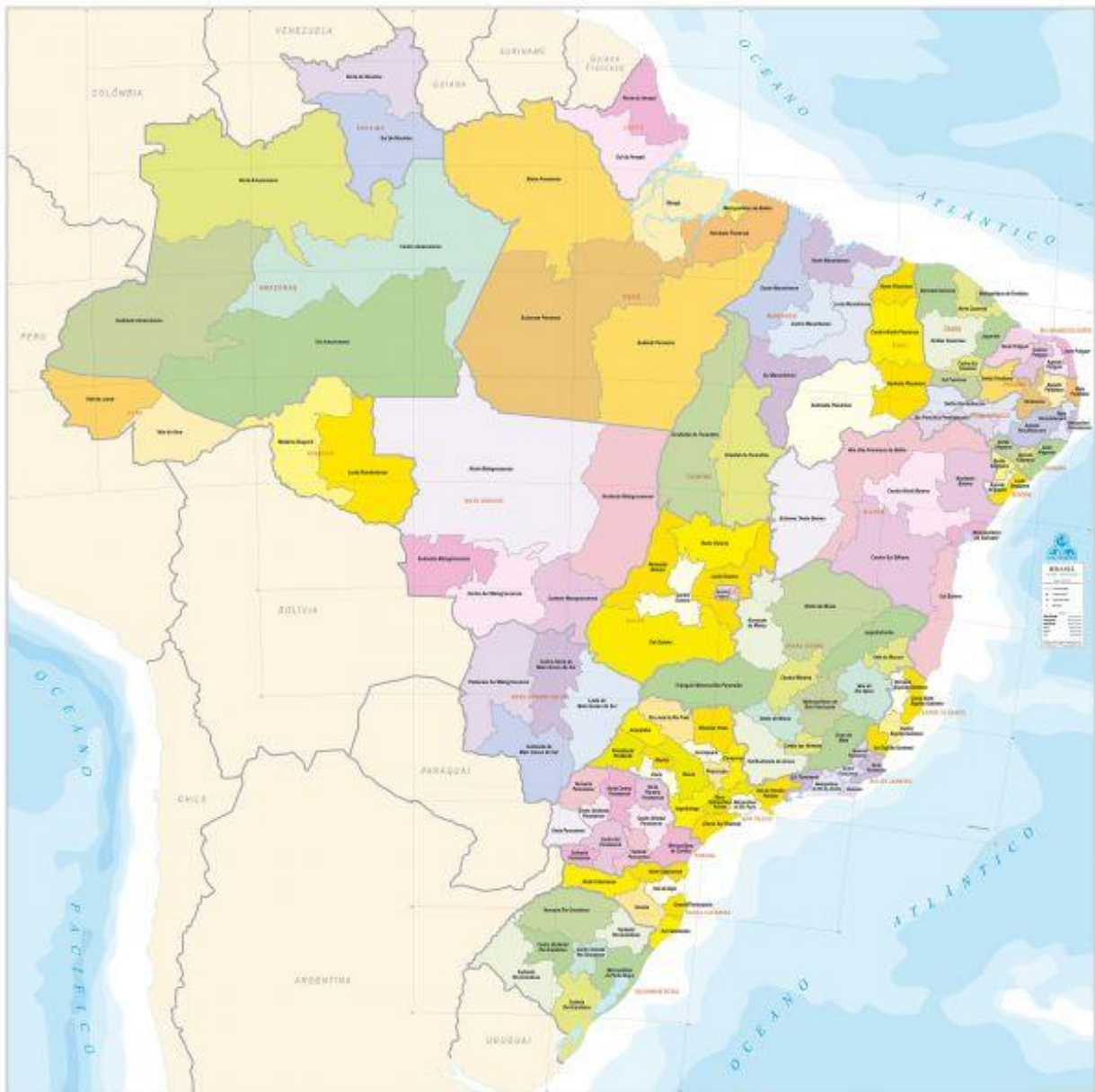


Figura 5: Mapa das Mesorregiões Geográficas do Brasil

Fonte: <http://www.geomapas.com.br>

Podemos observar e destacar, no caso da proposta mesorregional que, seguindo a tendência macroescalar das divisões regionais, há um parâmetro de maior proporção das áreas, do menor para o maior porte, no sentido leste para o oeste e, também, a parte central da região Nordeste. Possivelmente, estas áreas nas quais as mesorregiões possuem avantajadas fronteiras, poderá sofrer, em algum momento, novas intervenções de divisibilidade por parte do planejamento estatal.

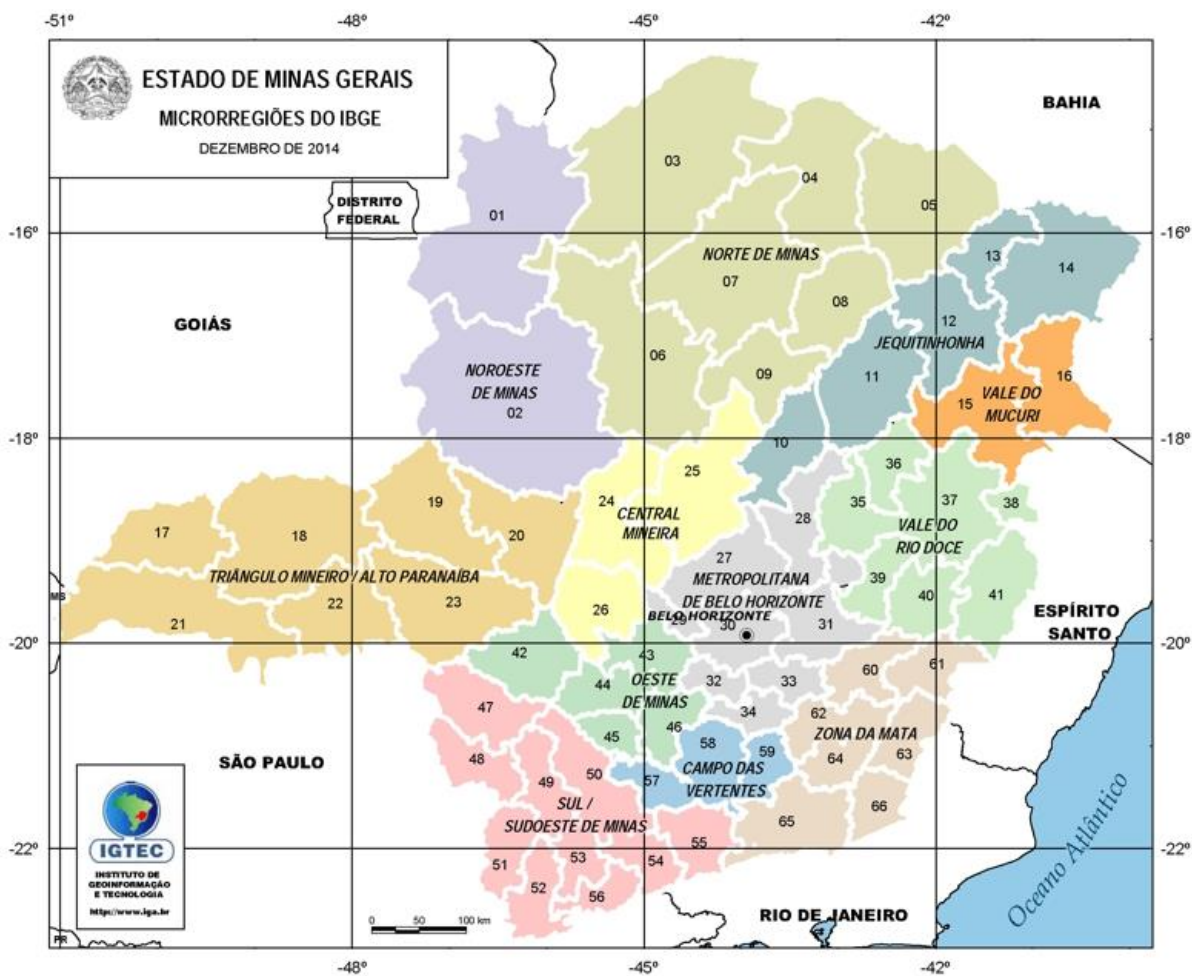


Figura 6: Mapa das Microrregiões do Estado de Minas Gerais

Fonte: <http://mg.gov.br>

No que se refere às propostas microrregionais, há uma inclinação à maior proporcionalidade entre as regiões, tendo as redes urbanas, de médio e grande porte, como principal referência para seu estabelecimento, nomeação e representação. A exceção à esta regra é encontrada no caso das regiões Norte, porção norte da região Centro-Oeste e parte Norte-Oeste da região Nordeste, em grande parte devido à baixa densidade demográfica destas áreas. E, igualmente como observado no caso das mesorregiões, abre-se como possibilidade de novas propostas microrregionais nestas áreas de figuração de não equivalência de extensão territorial entre as microrregiões.

Segundo Contel (2014) estes esforços de renovação das regionalizações em nível multiescalar possibilitarão uma redefinição e necessária atualização das propostas regionais brasileiras, em diferentes escalas: “Do ponto de vista prospectivo, a principal reflexão que seria factível sugerir a partir da análise das divisões regionais propostas do IBGE diz respeito à possibilidade de que elas venham, no futuro, a se tornar a “base” para que o Estado brasileiro – através de todas suas

instituições representativas e democráticas –, realize sua tão almejada reforma federativa.” (CONTEL, 2014, p. 13).

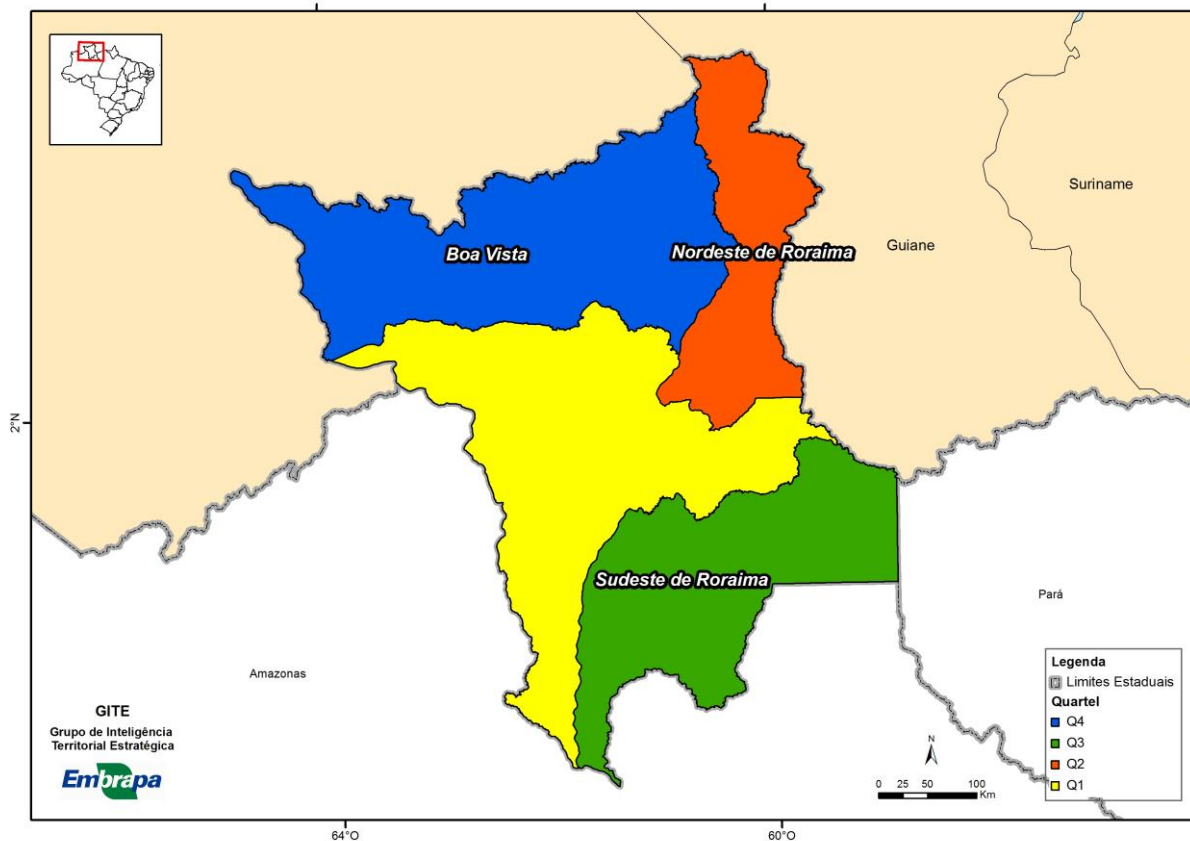


Figura 7: Mapa das Microrregiões do Estado de Roraima
Fonte: cnpm.embrapa.br

E o autor complementa esta visualização das regiões e regionalizações para além dos limites estatais, administrativos e acadêmicos: “Em outras palavras, as regionalizações produzidas pelo IBGE, além de sua função estatística e didática, poderiam subsidiar as futuras redefinições da divisão político-administrativa do país (isto é, a criação e/ou extinção dos entes federados – estados e municípios).” (CONTEL, 2014, p. 13). Esta virada escalar, em direção à multiescalaridade regional é apontado por Contel (2014) e Horta (2013) como via de acesso à um olhar regional mais integrado seja em aspectos físicos ou políticos:

A mais recente desvalorização da região (e dos estudos regionais) na Geografia tem, inclusive, relação com uso preferencial – ou exclusivo – de outras categorias espaciais, como lugar, território e paisagem. Concomitantemente a essa relativa marginalização, algumas abordagens geográficas (muitas vezes pela falta de rigor conceitual) acabam por “diluir” ou “misturar” a região nessas e em outras categorias, como espaço vivido, fronteira, etc. Além do mais,

persistem orientações focadas na ideia de que a região extinguiu-se frente aos novos arranjos espaciais do capitalismo. Entretanto, um outro problema – talvez de origem mais remota – refere-se à correlação entre região e escala: não raramente, a região permanece entendida como um espaço circunscrito aos territórios nacionais. (HORTA, 2013, p. 88).

Por fim temos a transição e integração escalar, na direção da multiescalaridade, como uma rota, a partir da qual, será possível fomentar os estudos e propostas de divisões regionais. Abarcar toda a complexidade do espaço geográfico em uma única variável torna-se inviável e logística, temática e faticamente, pelo fato de não se levar em consideração a dinâmica, constante e inerente, das ações humanas e fenômenos naturais nas transformações do espaço geográfico. Elevar o empenho nos diferentes alcances das divisões regionais apresenta-se, portanto, com uma importante via a ser trilhada.

Considerações Finais

Para encerrarmos este breve debate sobre a regionalização no contexto da integração nacional, é possível sintetizar este momento nos pontos de maior impacto histórico e geográfico que o configuraram. Se, num primeiro momento, as divisões regionais administrativas, políticas e físicas possuíam um caráter de maior fechamento em si mesmas, com o tempo a inevitabilidade da dialética histórica, econômica e do dinamismo ambiental fez com que muitos conceitos e modelos fossem revistos, atualizados ou abandonados, de modo a sempre tentar acompanhar a dinâmica territorial do Brasil.

O desafio posto, em relação às divisões regionais e regionalizações, reside no fato de sempre demandarem um conjunto de teorizações, amplos estudos de constatação local dos aspectos considerados em suas propostas e, principalmente, uma mobilização de diferentes áreas de especialidade que fazem parte da formação do geógrafo. Informações ambientais, econômicas, políticas, demográficas, hidrográficas, geomorfológicas, podem fazer parte de proposições regionais separadas, ao mesmo tempo em que, quando sobrepostas, permitem o olhar da espessura geográfica de determinado território e suas repartições.

Neste estudo, apresentado com indicações de algumas regionalizações específicas do espaço geográfico brasileiro. Partindo das divisões regionais políticas, passando por algumas das matrizes de divisão regional de viés mais natural e, finalizando com a temática sobre a transição escalar e a

multiescalaridade nas divisões regionais tentou-se, não apenas apresentar, mas dar uma abertura ao aprofundamento de tais debates, envolvendo a importância e perenidade da temática regional sobre um território, repartindo-o, regionalizando-o para melhor integrá-lo e compreendê-lo, almejando o acompanhamento constante de suas transformações.

Referências

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.
- ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de. A presença de uma premissa categorial: a espacialidade nos conceitos-chave do pensamento geográfico. In: *Geogingá*, v. 5, p. 3-26, 2013.
- BERTRAND, Georges. Paisagem geográfica física global: esboço metodológico. In: *Revista RA'EGA*, Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004. Editora UFPR.
- CARVALHO, Delgado de. Geografia do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1930
_____. Geografia Regional do Brasil. 4ª Edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1943.
- CLAVAL, Paul. Geografia Cultura: um balanço. In: *Revista Geograifa (Londrina)* v. 20, n 3, p. 5-24 set/dez, 2011.
- CONTEL, FABIO BETIOLI. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990) Les divisions régionales de l-IBGE au XXèmesiècle (1942, 1970 et 1990). *Terra Brasilis (Nova Série)*. In: *Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, v. 3, p. 3, 2014.
- CORREA, Roberto Lobato. Algumas Considerações sobre a Análise Regional. In: *Revista Brasileira de Geografia*. v. 49. Nº 4. Rio de Janeiro. 1987. p. 47-52.
- BECKER, Bertha. A Amazônia na Estrutura Espacial Brasileira. In: *Revista Brasileira de Geografia*. v. 36. Nº 2. Rio de Janeiro, 1974. 3-36.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Editora Senado Federal, 2015. [1988]
- GEIGER, Pedro Pinchas. Regionalização. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. v. 31, nº 1. 1969. p. 5-25.
- GUIMARÃES, Fábio. Divisão regional do Brasil. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.3. nº 2, p. 318-373, abril-junho 1941.
- HORTA, Célio Augusto da Cunha.. Escala espacial e Geografia: pela transposição da região. *Revista GEOgrafias*, v. 9, p. 87-103, 2013.
- IBGE. Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas. Vol I. Rio de Janeiro: Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). Diretoria de Geociências (DGC) e Departamento de Geografia (DEGEO). Rio de Janeiro. 1990.
- IPEA. Divisão Territorial do Brasil. [Org.] LIMA, Maria Helena Palmer. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, 2002.
- ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. As Unidades Morfoesculturais do Brasil: uma nova proposta de classificação do relevo brasileiro. In: *Anais do III Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada-*

Nova Friburgo-RJ. In: Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 1989, Nova Friburgo-RJ.
Anais do III-Simpósio Brasileiro de Geografia Física, 1989.

TRICART, Jean. Ecogeografia. Rio de Janeiro: Diretoria Técnica Supren, 1977.